

Autogeração Solar Participações S.A.

*Demonstrações Contábeis para o Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2020 e Relatório
dos Auditores Independentes*
Premiumbravo Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
Autogeração Solar Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

1. Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Autogeração Solar Participações S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
2. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autogeração Solar Participações S.A., em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

3. A administração é responsável pela elaboração adequada da apresentação das demonstrações contábeis de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
4. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
5. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

6. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
7. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
 - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se

concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria, e assim fizemos, para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objeto de apresentação.
8. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
 9. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e, comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2021.



PREMIUMBRAVO
Auditores Independentes
CRC- RJ 004216/8



LUIS AURÊNIO BARRETTO
Contador
CRC-RJ 076875/0

Autogeração Solar Participações S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
<u>ATIVO</u>	<u>explicativa</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
CIRCULANTE:					
Caixa e equivalentes de caixa	4	21	14	1.369	17
Clientes				5	
Imposotos a recuperar		5	4	138	14
Partes relacionadas	5			914	15.005
Total		<u>26</u>	<u>18</u>	<u>2.426</u>	<u>15.036</u>
NÃO CIRCULANTE:					
Seguros				1.024	
Impostos diferidos				457	
Partes Relacionadas	5	1.295		6.257	5.375
Investimentos	6	17.093	13.984		
Imobilizado	7			17.801	257
Total		<u>18.388</u>	<u>13.984</u>	<u>25.539</u>	<u>5.632</u>
TOTAL		<u>18.414</u>	<u>14.002</u>	<u>27.965</u>	<u>20.668</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO</u>					
CIRCULANTE:					
Empréstimos	8	9.095	4.128	9.810	10.786
Fornecedores				616	1
Obrigações fiscais				21	1
Outros		11	10	57	16
Total		<u>9.106</u>	<u>4.138</u>	<u>10.504</u>	<u>10.804</u>
NÃO CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	8			8.153	
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.153</u>	<u>-</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
Capital social	9	11.401	9.401	11.401	9.401
Prejuízos acumulados		<u>(2.093)</u>	<u>(1.537)</u>	<u>(2.093)</u>	<u>(1.537)</u>
Total		9.308	7.864	9.308	7.864
Adiantamento para futuro aumento de capital			2.000		2.000
Total do patrimônio		<u>9.308</u>	<u>9.864</u>	<u>9.308</u>	<u>9.864</u>
TOTAL		<u>18.414</u>	<u>14.002</u>	<u>27.965</u>	<u>20.668</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quantidade e valores por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
OPERAÇÕES CONTINUADAS:				
RECEITA LÍQUIDA (nota 11)				
Receita de aluguel e serviços			1.390	
CUSTOS OPERACIONAIS (nota 12)			(267)	
LUCRO BRUTO	-	-	1.123	-
Resultado de equivalência (nota 6)	136	(1.328)		
Despesas gerais e administrativas (nota 13)	(11)	(6)	(370)	(304)
Outras				(470)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS (nota 14)	125	(1.334)	753	(774)
Resultado financeiro líquido	(681)	(203)	(1.766)	(763)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(556)	(1.537)	(1.013)	(1.537)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (nota 15)			457	
PREJUIZIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(556)	(1.537)	(556)	(1.537)
RESULTADO POR AÇÃO (R\$) - BÁSICO E DILUÍDO				
OPERAÇÕES CONTINUADAS:				
ACIONISTAS DA SOCIEDADE	(0,05)	(0,16)	(0,05)	(0,16)
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício	11.401.200	9.401.200	11.401.200	9.401.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Autogeração Solar Participações S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido	Resultado abrangente total
Integralização de capital	9.401		9.401		9.401	
Adiantamento para futuro aumento de capital			-	2.000	2.000	
Prejuízo do exercício		(1.537)	(1.537)		(1.537)	<u>(1.537)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u>9.401</u>	<u>(1.537)</u>	<u>7.864</u>	<u>2.000</u>	<u>9.864</u>	
Aumento de capital	2.000		2.000	(2.000)	-	
Prejuízo do exercício		(556)	(556)		(556)	<u>(556)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>11.401</u>	<u>(2.093)</u>	<u>9.308</u>	<u>-</u>	<u>9.308</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro do exercício	(556)	(1.537)	(556)	(1.537)
Ajustes para conciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais				
Depreciação			423	
Baixa do valor residual de imobilizado			257	
Resultado de equivalência	(136)	1.328		
Diminuições (aumentos) nos ativos				
Clientes			(5)	
Impostos a recuperar	(1)	(4)	(124)	(14)
Partes relacionadas	(1.295)		13.209	(20.380)
Seguros			(1.024)	
Impostos diferidos			(457)	
Aumentos (diminuições) nos passivos				
Fornecedores			615	1
Obrigações fiscais			20	1
Outros	1	10	41	16
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1.987)	(203)	12.399	(21.913)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de investimentos	(2.973)	(15.312)		
Aquisição de imobilizado			(18.224)	(257)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(2.973)	(15.312)	(18.224)	(257)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos - líquido	4.967	4.128	7.177	10.786
Integralização de capital		9.401		9.401
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.000		2.000
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	4.967	15.529	7.177	22.187
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7	14	1.352	17
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	14		17	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	21	14	1.369	17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Autogeração Solar Participações S.A. é uma Companhia brasileira que tem por objetivo a participação em outras empresas, nacionais e estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas práticas contábeis adotadas no Brasil estão substancialmente alinhadas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, entretanto, existem algumas poucas diferenças, dentre as quais, afetando a Companhia, somente aquela aplicável as demonstrações contábeis individuais, no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) requerem que a avaliação dos investimentos nas demonstrações contábeis individuais da controladora seja feita pelo custo ou valor justo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis em um único conjunto, lado a lado.

2.1 Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2 Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da

Companhia e de sua controlada, inclusive entidades de propósitos específicos, quando aplicável. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e sua controlada abaixo relacionada:

	Participação	
	2020	2019
Solargrid Autogeração Locação de Equipamentos Ltda.	99,9%	99,9%

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as mudanças nas participações da Companhia em suas controladas que não resultem em perda do controle sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual, e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada, e participações não controladoras, se houver. Quando os ativos da controlada são registrados aos valores justos e o correspondente ganho ou perda acumulado é reconhecido em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio, os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos diretamente para a conta “Lucros Acumulados”, conforme requerido pelas IFRSs aplicáveis).

O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38) ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

2.3 Ajustes a valor presente

Quando aplicável os ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de impostos, quando aplicável. As principais fontes de receita são descritas a seguir:

- *Receita de venda* – A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:
 - i) A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
 - ii) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade e nem controle efetivo sobre tais produtos;
 - iii) O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
 - iv) É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
 - v) Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.
- *Receita de serviços* – A receita de serviços é apropriada quando os serviços prestados são formalmente reconhecidos e aprovados pelos clientes e a garantia de recebimento é razoavelmente assegurada;
- *Juros (receita financeira)* – A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.5 Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real. Na elaboração das demonstrações contábeis, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional (o real), são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício, sendo a variação cambial daí decorrente reconhecida no resultado do período em que ocorreram. A moeda funcional das empresas investidas sediadas no exterior foi definida como sendo aquela do país em que cada sociedade investida opera. A Companhia adota como prática contábil registrar os efeitos do câmbio sobre o patrimônio líquido da investida no exterior no resultado do exercício. As transações em moeda estrangeira e operações no exterior são convertidas para a moeda de apresentação das demonstrações contábeis no Brasil para fins de registro da equivalência patrimonial, de consolidação integral ou proporcional das demonstrações contábeis.

2.6 Custo dos empréstimos

Todos os custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos, já que não existem empréstimos atribuíveis a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis para terem capitalização desses custos.

2.7 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante

suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.8 Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas quando aplicável, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Os ativos imobilizados estão ao valor de custo de aquisição (todos os custos necessários à colocação do bem em operação, incluindo a capitalização de custos de empréstimos, quando aplicável), deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro, quando aplicável, são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no

resultado.

2.9 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

A Companhia revisa anualmente o valor recuperável dos seus ativos tangíveis, a maior parte desses ativos correspondem a imóvel, móveis e equipamentos de informática. Os ativos que têm vida útil indefinida e não sujeitos à amortização têm sua recuperação testada anualmente, enquanto que os ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm seu valor de recuperação revisados pela Administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados. As perdas são reconhecidas com base no montante pelo qual o valor contábil excede o maior valor provável de recuperação de um ativo de vida longa, calculado (a) pelo seu valor em uso (valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros), ou (b) valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. A Companhia não possui contrato oneroso em 31 de dezembro de 2020.

Reestruturações

A provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tiver um plano formal detalhado para a reestruturação e tiver criado uma expectativa válida nas partes afetadas de que irá realizar a reestruturação. A Companhia não possui plano de reestruturação, sendo assim, não foi registrada provisão para reestruturação.

2.11 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando da assinatura, por parte da Companhia, de contratos de prestação de serviços, empréstimos, financiamentos, mútuos, e outros instrumentos afins.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, incluindo os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros.

2.12 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual foram adquiridos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Seguem abaixo os princípios de reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros:

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. A Companhia não possui empréstimos e não tem o costume de cobrar juros sobre seus recebíveis em atraso.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Uma evidência

objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

O valor contábil do contas a receber é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Baixa de ativos financeiros

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda que foi reconhecido em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado. Em 2020 a Companhia não efetuou baixa de ativos financeiros.

2.13 Passivos financeiros

Seguem abaixo os princípios de reconhecimento e mensuração dos passivos financeiros da Companhia:

a) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são mensurados inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

b) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem

parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

c) Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas (vide nota explicativa nº 3.2), efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros da Companhia em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade de a Companhia manter esses ativos até o vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento na controladora é de R\$21 e no consolidado é de R\$1.370. Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na nota explicativa 10.

3.2 Principais fontes de incerteza nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

Recuperação de ativos de vida longa (“impairment”)

Conforme premissas descritas na nota 2.9 – Redução de valor recuperável de ativos tangíveis

Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável.

Não houveram alterações nas estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado. A Administração considera a vida útil econômica previamente estimada como adequada.

Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito nas notas explicativas 2 e 10, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa 15 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aplicações financeiras – Banco Itaú	21	14	1.008	17
Aplicação garantia financiamento – Banco BNB			362	
Total	21	14	1.370	17

5. PARTES RELACIONADAS

Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ATIVO				
Circulante:				
Solargrid Comércio			914	15.005
Não circulante:				
Solargrid Holding	500		500	
Solargrid Comércio	795		5.757	5.375
Total	<u>1.295</u>	<u></u>	<u>7.171</u>	<u>20.380</u>

Sobre tais saldos com partes relacionadas não incidem juros e atualização monetária. Os valores que se encontram classificados no não circulante tiveram tal classificação com base nas expectativas de sua realização/liquidação futura.

6. INVESTIMENTOS

Investida	Participação(%)	Patrimônio Líquido		Resultado	
		2020	2019	2020	2019
Solargrid Autogeração	99,9%	17.094	13.984	136	(1.328)

A Companhia possui valores a título de adiantamento para futuro aumento de capital na investida Solargrid Autogeração no montante total de R\$ 6.377 (R\$5.474 em 2019), que se somam ao total de investimentos na mesma.

7. IMOBILIZADO

		Consolidado		
		2020		2019
	Taxas anuais	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Subestação Transformadora	5%	1.585	(53)	1.532
Estrutura para Módulos	3%	2.831	(63)	2.768
Módulos Fotovoltáicos	3%	4.138	(92)	4.046
Instalações de usina Fotovoltáicas	3%	9.670	(215)	9.455
Imobilizado em andamento				257
Total		18.224	(423)	17.801

É a seguinte a movimentação do ativo imobilizado durante o exercício 2020:

Consolidado				
Saldo líquido				Saldo líquido
31.12.19	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.20
Subestação Transformadora	1.585		(53)	1.532
Estrutura para Módulos	2.831		(63)	2.768
Módulos Fotovoltáicos	4.138		(92)	4.046
Instalações de usina Fotovoltáicas	9.670		(215)	9.455
Imobilizado em andamento	257	(257)		
Total	257	18.224	(257)	17.801

A Administração considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado Consolidado da Companhia não excede ao seu valor recuperável.

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição Financeira	Controladora			Consolidado		
	2020		2019	2020		2019
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
BNB				715	8.153	
ITAÚ	9.095			9.095		6.658
BTG			4.128			4.128
	9.095		4.128	9.810	8.153	10.786

8.1 Contratos de Empréstimos:

Empréstimos	Taxa média	Vencimento	Garantia	Contratante	2020		2019
					Circulante	Não Circulante	Circulante
1) BNB	1,17% a.a. + IPCA	06/2026	Carta Fiança	Investida	715	8.153	
2) ITAÚ	9,12% a.a.	02/2021	Carta Fiança	Controladora	4.557		
3) ITAÚ	9,12% a.a.	03/2021	Carta Fiança	Controladora	4.538		
4) BTG	2,5% a.a. + CDI	02/2020	Carta Fiança	Controladora			4.128
5) ITAÚ	1,36% a.a. + Selic	03/2020	Carta Fiança	Investida			3.906
6) ITAÚ	1,29% a.a. + Selic	04/2020	Carta Fiança	Investida			2.752
Total de Empréstimos Consolidado					<u>9.810</u>	<u>8.153</u>	<u>10.786</u>

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 11.401.200,00 (R\$ 9.401.200,00 em 2019) e é representado por 11.401.200 (9.401.200 em 2019) ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras), conforme apresentado na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração revisa constantemente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

10.2 Categorias de instrumentos financeiros

	2020			2020		
	Controladora			Consolidado		
	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de Caixa	21		21	1.370		1.370
Contas a Receber					5	
Partes relacionadas		4			7.171	7.171
(Passivos)						
Empréstimos		(9.095)	(9.095)		(17.963)	(17.963)
Fornecedores					(616)	(616)
Líquido	<u>21</u>	<u>(9.091)</u>	<u>(9.073)</u>	<u>1.370</u>	<u>(11.403)</u>	<u>(10.038)</u>

	2019			2019		
	Controladora			Consolidado		
	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de Caixa	14		14	17		17
Partes relacionadas					20.380	20.380
(Passivos)						
Empréstimos		(4.128)	(4.128)		(10.786)	(10.786)
Fornecedores					(1)	(1)
Líquido	14	(4.128)	(4.114)	17	9.593	9.610

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

10.3 Objetivos da administração dos riscos financeiros

O Departamento de Tesouraria Corporativa da Companhia presta serviços às empresas, coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

10.4 Risco de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração da Companhia entende que esse risco é inerente ao perfil de sua dívida e, portanto bem equacionado. Portanto, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio e de juros.

As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração da Companhia.

10.5 Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia não tem exposição ao risco de taxa de juros, uma vez não possui empréstimos com taxas de juros pós-fixadas.

10.6 Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Companhia utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas e o valor agregado das transações concluídas é dividido entre as contrapartes aprovadas.

As contas a receber de clientes estão compostas por clientes diferentes. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, serão constituídas provisões, quando necessário, cujo montante será considerado suficiente pela administração para a cobertura desse risco.

A Companhia não possui nenhuma exposição ao risco de crédito com nenhuma contraparte ou grupo de contrapartes com características semelhantes. A Companhia define como contrapartes como tendo características semelhantes aquelas que são empresas relacionadas. Não há concentração de risco de crédito.

Adicionalmente, a Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

10.7 Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

10.8 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

- O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.
- O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável de acordo com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções.
- O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas dos valores contabilizados.

11. RECEITAS

Segue abaixo conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	Consolidado	
	2020	2019
Receitas de Aluguéis	1.450	
Receitas de Serviços	83	
Impostos sobre vendas	(143)	
Total	<u>1.390</u>	

12. CUSTOS OPERACIONAIS

	Consolidado	
	2020	2019
Operação e manutenção	(267)	
Total	<u>(267)</u>	

13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Legais e Judiciais	(1)		(7)	(16)
Consultoria	(10)	(6)	(37)	(12)
Honorários Contábeis e Advocatícios			(60)	(246)
Despesas com Impostos e Taxas			(7)	(15)
Luz			(39)	
Seguros			(53)	
Outros			(2)	(15)
Depreciação			(423)	
Recuperação de Despesas			258	
Total	<u>(11)</u>	<u>(6)</u>	<u>(370)</u>	<u>(304)</u>

14. RESULTADO FINANCEIRO

14.1 RECEITAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Juros Sobre Aplicações Financeiras		12	4	49
Total	<u></u>	<u>12</u>	<u>4</u>	<u>49</u>

14.2 DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Juros e Despesas Banárias	(624)	(213)	(1.274)	(290)
Juros Passivos	(57)	(2)	(496)	(521)
IOF				(1)
Total	<u>(681)</u>	<u>(215)</u>	<u>(1.770)</u>	<u>(812)</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apresenta na sua consolidação em 31 de dezembro de 2020 prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro a compensar com lucros tributáveis futuros, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2020	2019
Prejuízos fiscais acumulados	1.978	1.344
Bases negativas de contribuição social	1.978	1.344

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Consolidado	
	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(321)	(1.328)
Imposto de renda e da contribuição social calculados a alíquota efetiva (34%)	109	451
Reversão da provisão para perda de impostos diferidos	348	
Provisão para perda de impostos diferidos		(451)
Total	457	

A Companhia consolidou imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, devido a perspectiva de geração de lucro tributável futuro para realização desses créditos fiscais em sua investida.

Os prejuízos fiscais a compensar podem ser compensados indefinidamente contra lucros tributáveis futuros, limitada a 30% do lucro tributável do exercício corrente. Para a plena realização dos ativos fiscais diferidos, a investida necessitará gerar lucros tributáveis no futuro.

16. COBERTURA DE SEGUROS

Os bens, interesses e responsabilidades estão segurados por montantes considerados pela Administração como suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de dezembro de 2020 não ocorreram fatos que a Companhia entenda como necessária sua divulgação, além do fato do Coronavírus (COVID-19). Acreditamos ainda não ser possível mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Coronavírus (COVID-19) e das medidas governamentais tomadas para evitá-la. Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos, em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis. Adicionalmente ressaltamos que os impactos ocasionados nas operações, podem advir

também do resultado das medidas adotadas para a contenção desta pandemia.

Nesse momento, cabe apenas alertar quanto à possibilidade destes impactos, mensuráveis ou não, bem como aos riscos e incertezas inerentes ao COVID-19.
